

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA E O CURRÍCULO: DISCUSSÕES NECESSÁRIAS

Amanda Vasques Silva¹

amandavasques73@gmail.com

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Henrique Rezende Untem²

Henrique.untem@uems.br

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Eixo 2: Sociedade, Estado e Políticas Educacionais

RESUMO: Este artigo surgiu a partir das discussões da disciplina de Gestão Escolar do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, unidade Campo Grande. Tem como objetivo refletir sobre as avaliações de larga escala na educação básica. Para isto buscamos entender como essas avaliações interferem na prática pedagógica, no currículo, na organização da gestão escolar e como afeta a educação de modo geral. As avaliações em larga escala são aplicadas de forma padronizada, desconsiderando as realidades e esferas sociais que cada estudante e escola vivenciam, o que acaba, de certa maneira, acentuando ainda mais as desigualdades sociais. A partir da década de 1990, com a criação do Saeb e posteriormente com o IDEB, as avaliações de larga escala passam a ter um papel não só de diagnóstico, mas também de responsabilização das escolas e principalmente dos professores pelos resultados. Outro ponto que abordamos é a relação direta com a BNCC, que vem padronizando ainda mais o currículo, tornando-o refém dos conteúdos cobrados nas avaliações, priorizando Língua Portuguesa e Matemática e deixando de lado outros saberes importantes para a formação dos alunos. Dessa forma, o que deveria ser uma ferramenta para melhoria da educação acaba sendo uma forma de controle, onde os alunos passam a ser treinados para as avaliações e não para uma formação crítica e integral. Assim, abordamos e percebemos o quanto essas avaliações influenciam diretamente na organização da escola, na gestão, nas práticas pedagógicas e especialmente nos estudantes da rede pública.

Palavras-chave: Avaliações em larga escala; Currículo escolar; BNCC.

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, campus Campo Grande.

² Professor do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, campus Campo Grande.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

AVALIAÇÃO DE LARGA ESCALA NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Este texto surge a partir das discussões da disciplina de “Gestão escolar” do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade Campo Grande. Utilizamos da abordagem qualitativa para as discussões que se organizam em reflexões teóricas a cerca das avaliações em larga escala.

A ideia de avaliação nos remete a sermos avaliados de alguma maneira, seja por observação, por provas orais, escritas ou qualquer método de exames, com o princípio de entregar resultados, conforme nosso processo de educativo foi. O conceito de avaliação em larga escala é a padronização de exames em nível regional ou nacional e mais recentemente como escala comparativa ao desenvolvimento educacional entre países também, são externas às instituições escolares e tem o objetivo de fornecer informações sobre a qualidade do ensino e os resultados dos sistemas educacionais brasileiros e, por serem avaliações iguais para estudantes com condições e esfericidades diferentes acabam acentuando as desigualdades. Acreditamos como Ivo e Hypolito (2017) quando afirmam que as avaliações em larga escala padronizadas significam, “políticas ‘iguais’ para atingir metas ‘desiguais’ em contextos muito diversos [...]” (Ivo; Hypolito, 2017, p. 806).

Viana (2015) destaca que a partir da década de 1960 os estudos que envolviam as avaliações começaram a se intensificar nos Estados Unidos. Já no Brasil, o debate se intensifica no começo da década de 1990, após a Constituição Federal e junto com o período de redemocratização política. A ideia era de que as avaliações em larga escala poderiam conquistar a qualidade na escola, ou seja, suas origens estão ligadas ao debate de medir qual escola é melhor, quais turmas são mais “frágeis” e outros. (Afonso, 2014).

Deve-se ressaltar, porém, que, a partir da década de 1990, a discussão sobre a educação básica no Brasil tem sido associada ao debate sobre a melhoria da qualidade da educação, com foco na avaliação do rendimento escolar, a partir de resultados do sistema de avaliação externa. Esse alinhamento tem feito emergir posicionamentos sobre decisões que orientam a política educacional, a organização curricular, os saberes selecionados e trabalhados nas escolas, os métodos de ensino, a seleção de livros didáticos e a formação dos educadores (Saul, 2015, p. 1301).

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Mesmo que as discussões tenham se acentuado na década de 1990, elas já possuem uma trajetória longa, conforme apontam Bonamino e Sousa (2015), que dividem em três gerações:

- 1ª Geração: mesmo que desde a década de 1960 já se utilizasse testes na educação, foi a partir da década de 1980 que houve uma iniciativa de organização sistemática da educação básica, quando em 1991 o Ministério da Educação – MEC cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB
- 2ª Geração: é marcada pela inclusão da Prova Brasil em 2005, que sua implementação estava justificada pela limitação do Saeb que não respondia com detalhes as especificidades das escolas. Destaca-se também, no ano de 2007, a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que acaba de diferentes formas culpabilizando os professores pelo fracasso escolar;
- 3ª Geração: visa avaliar a qualidade da educação e, mais fortemente, determinar as responsabilidades pelo fracasso escolar, que geralmente recai sobre as professoras e professores. (Bonamino; Sousa, 2015).

Para isso iremos compreender alguns sistemas de avaliações de larga escala, temos o Saeb e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o órgão responsável pelos dois sistemas de avaliações é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), no qual é associado ao MEC.

O intuito do Saeb é um conjunto de avaliações de larga escala que permite o Inep realizar um diagnóstico da educação. O Saeb se inicia em 1990, atendendo apenas a escola pública, apenas mais para frente que começa a abranger de maneira amostral as escolas privadas, mas iremos ter um olhar mais atento a partir do ano de 2019, pois é neste ano que muda a maneira de avaliar, todas as avaliações que o sistema realizava, passa, a ser conhecida apenas como Saeb, também, nesse período os exames passam a ter uma nova estrutura para se adequar com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O Enem deu início em 1998, com o intuito de avaliar os estudantes ao terminarem a Educação Básica, hoje conhecemos como um sistema que oportuniza a entrada no ensino superior, mas isto só passou a ser em 2009 com a oportunidade do Sistema de Seleção Unificada (SISU). Os dois sistemas de avaliação em larga escala procuram levantar dados sobre a Educação Brasileira, com o intuito de compreender e diagnosticar as áreas com maior

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

necessidade, assim conseguindo realizar os repasses financeiros para os setores mais necessitados e a gestão escolar tomar decisões mais informadas de onde realizar os investimentos para procurar os melhores resultados, automaticamente procurando melhorar a educação básica.

Estas avaliações têm seu papel fundamental de acordo com seus objetivos, mas isto não condiz com a realidade da educação que encontramos em escolas públicas, estes exames querem resultados positivos para melhorar algo que o Brasil sempre teve de defasagem, dados do IBGE (2022) apontam que no ano de 2022 a taxa de analfabetismo ainda era de 7,0% em relação a população brasileira.

Por mais que os dados estejam nos mostrando que estamos melhorando com os índices de analfabetismo no Brasil, isto ainda afeta de diversas maneiras os estudantes e as escolas, pois todos os órgãos da União voltados para a educação sempre estão atrelados ao governo que está no poder, e de maneira direta ou indireta afeta drasticamente a educação, acarretando uma exclusão dos estudantes subalternizados.

A gestão escolar por sua vez procura realizar o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis na instituição, mas isto é um ponto que irá variar de acordo com cada escola e sua localidade, as escolas localizadas nas regiões periféricas irá possuir mais dificuldades em relação às avaliações de largas escalas, por terem que desenvolver outros meios de educação além do que se é pedido para esses exames, uma instituição nessas situações precisa primeiramente tratar todas as dificuldades particulares que cada estudantes carrega, para aí sim conseguir mostrar e introduzi-los ao âmbito escolar.

A BNCC E AS AVALIAÇÕES DE LARGA ESCALA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tem como objetivo criar uma padronização do currículo brasileiro, com o intuito de estabelecer direitos de aprendizagem para os estudantes, esse documento normativo tem o intuito de orientar a elaboração dos currículos e as práticas pedagógicas. Portando essa padronização não é a solução da educação, podemos observar certas dificuldades como Militão, Queiroz e Ortega (2023 p. 10). “a BNCC constitui-se em documento de caráter mandatório e de abrangência nacional, configurando-se como referencial obrigatório para a (re) elaboração dos currículos das redes

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

públicas e particulares de ensino do país, nos âmbitos federal, estadual e municipal.” Assim gerando uma falsa sensação de equidade.

Com a padronização curricular das escolas, os estudantes ficam à mercê de um conteúdo mínimo. “[...] ao basear-se na Pedagogia das Competências, a BNCC impõe uma educação fragilizada à classe trabalhadora que será formada a partir de currículos que conduzem para a reprodução de um sistema e não para sua superação.” (Militão, Queiroz e Ortega, 2023 p. 11). Isto acaba gerando um *loop* dentro das instituições, onde não ocorre o desenvolvimento integral dos estudantes no sentido crítico e sim uma falsa formação com provas e avaliações externas, tudo com o objetivo habilitar para o mercado de trabalho. Ou seja, uma educação que continua (re)produzindo opressão.

Nesse sentido, insere a cultura e a prática educacional numa via de contramão, onde ensina-se o que será avaliado. Ou seja, as avaliações externas e em larga escala geram tradições e, dessa forma, se o que é valorizado são os conteúdos que as compõem (Português e Matemática) é a isso que todos os atores educacionais envolvidos no processo se dedicarão, deixando os outros aspectos formativos de fora (Militão, Queiroz e Ortega, 2023, p. 18)

Esses conteúdos por serem as áreas que mais são trabalhadas nas avaliações de larga escala, acaba fazendo com que as escolas priorizem esses dois nichos, com a intenção de ter uma avaliação positiva dentro do sistema, gerando uma defasagem no ensino, deixando de lado outros componentes curriculares, nos quais muitas vezes são áreas de interesses dos alunos, fazendo com que o processo formativo fique defasado. “A BNCC pretende ser o ‘jogo’ que todo mundo quer e deve assistir. Ela pretende ser o consenso puro e simples do que se deve ensinar e se deve aprender nas escolas de todo país”. (Cury; Reis; Zanardi, 2018, p. 83). Essa visão revela um modelo curricular que atende mais aos interesses do mercado do que às necessidades formativas dos sujeitos.

Deixa-se de lado, assim, uma lógica de avaliação do currículo ou no currículo, para se priorizar um modelo que parece resultar na avaliação como currículo. Em outras palavras, pode-se observar um deslocamento de uma preocupação inicial em avaliar a qualidade do currículo, aliada à dimensão de avaliação de programas, para uma análise do processo curricular por meio da avaliação em uma etapa desse processo, cujos resultados permitiriam o desenvolvimento da proposta (a avaliação no currículo, tanto por meio de modelos de avaliações de programas processuais quanto pelas avaliações de aprendizagem). Mais recentemente, novo deslocamento ocorre, à medida em que o foco passa a ser exclusivamente os resultados de aprendizagem obtidos, independentemente de como foi o processo de desenvolvimento

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

curricular, a uma preocupação de se ensinar o que é avaliado e, portanto, resultando em um momento em que o que é avaliado passa a ser entendido como o currículo a ser trabalhado nas escolas (Bauer, 2020, p. 8).

Nesse cenário, podemos notar uma inversão na relação entre currículo e avaliação, o que deveria ser uma solução para a educação, acaba sendo o próprio norteador das práticas educativas. Isto faz com que as escolas passem a realizar propostas a partir dos critérios das avaliações de larga escala, isto acaba gerando uma ilusão para o sistema, pois os estudantes não estarão de fato aprendendo e sim reproduzindo padrões de exames para um melhor resultado, criando uma falsa sensação de ensino e de melhoria na educação, passando a ser apenas uma régua para medir resultados e não desenvolver pessoas com pensamentos críticos.

Dessa maneira os docentes acabam ficando preso ao currículo e as avaliações de larga escala, sem terem para onde escapar e as vítimas acabam sendo os discentes, que ficam em meio ao controle do sistema curricular. Fazendo com que o ensino passe a ser orientado pelos conteúdos e habilidades exigidas nos exames, deixando de lado os saberes e outras práticas pedagógicas importantes para a formação integral do indivíduo. Assim, acaba caindo sob o aluno caso não tenha um bom desempenho, acarretando a deia do sucesso pelo esforço, introduzindo a ilusória meritocracia.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O desenvolvimento deste trabalho trouxe muitas reflexões sobre as avaliações de larga escala, currículo e a BNCC, pois quando olhamos de uma maneira superficial enxergamos apenas como ferramentas para o desenvolvimento educacional, na qual está evoluindo, assim que realizamos uma pesquisa mais a fundo, é possível perceber muitos problemas, esses que procuramos discutir neste trabalho.

Notamos que a educação é utilizada uma ferramenta de produção e reprodução de uma educação para formação de trabalhadores, no sentido de mão de obra massiva. Todas essas ferramentas que abordamos no trabalho são utilizadas para levantar dados e realizar uma exclusão maior da sociedade, deixando bem claro que precisamos aprender/ensinar de acordo com as demandas neoliberais, pois o objetivo é gerar crescimento ao capital e não formar cidadãos críticos.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Destacamos que, de fato, as escolas buscam alcançar bons índices nas avaliações em larga escala e este trabalho acaba recaindo sobre as professoras e professores. Não estamos culpabilizando. As educadoras e educadores estão fazendo o melhor de si para conseguirem o melhor para a escola e para os estudantes, afinal, é partir destes resultados que a gestão financeira se ocupa. Nossa crítica é ao neoliberalismo que continua operando sobre nossos corpos.

Concluimos que o sistema educacional ainda tem muito o que melhorar e para isto serão necessárias mais políticas públicas que estejam articuladas com as diferenças, estudos, discussões, entre outros. Mas reiteramos que é pela educação que se passa as mudanças que almejamos, é pela educação que podemos potencializar a voz dos movimentos sociais, é pela educação que conseguiremos buscar outras formas de viver que não sejam pela opressão, subalternização, violência, morte, epistemicídio e todas as outras formas de apagamento.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Questões, objetos e perspectivas em avaliação. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 19, n. 2, p. 487-507, jul. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141440772014000200013&lng=pt&nrm=is>. Acesso em: 17 mai. 2025.

BAUER, Adriana. Novas relações entre currículo e avaliação? Recolocando e redirecionando o debate. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 36, e223884, 2020.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. In: BROOKE, Nigel; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de (Orgs.). **Avaliação da educação básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 510-522.

CURY, Carlos Roberto Jamil; REIS, Magali; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2018.

IBGE. **Censo 2022: taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem**. Rio de Janeiro: Agência de Notícias IBGE, 17 maio 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem>>. Acesso em: 17 maio 2025.

IVO, Andressa Aita; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Sistemas de avaliação em larga escala e repercussões em diferentes contextos escolares: limites da padronização gerencialista. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 33, n. 3, p. 791-809, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/79308>>. Acesso em: 17 mai. 2025.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

MILITÃO, Sílvio César Nunes; QUEIROZ, Welcianne Iris de; ORTEGA, Daiani Vieira. A BNCC e as avaliações externas e em larga escala: velhas e novas interfaces em tempos de neoliberalismo. *Olhar de Professor*, Ponta Grossa, v. 26, p. 1-27, e-20921.005, 2023.

SAUL, Ana Maria. Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, p. 1299-1311, dez. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ep/v41nspe/15179702-ep-41-spe-1299.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2020.

VIANNA, Heraldo Marelim. Avaliação educacional: uma perspectiva histórica. In: BROOKE, Nigel; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de (Orgs.). **Avaliação da educação básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 31-38.